



DIÁRIO ELETRÔNICO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

Edição n. 2470

**Nesta Edição:**

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

Portarias.....2

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Atos Normativos.....2

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de Contratos.....3

Editais.....4

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Boletins.....4



---

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

---

**PORTARIA N. 239/2018 - PF  
APROVAÇÃO DE CONTAS**

O **PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 66 do Código Civil, c/c o artigo 19, inciso II, alínea "c", da Lei Estadual n. 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público - e com os artigos 2º, II, e § 1º, e 38 do Provimento n. 72/2008-PGJ, desta Procuradoria-Geral de Justiça, **APROVA** a prestação de contas apresentada pela **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE**, com sede em Taquara, RS, referente ao exercício financeiro de 2016, em conformidade com o que consta no PR.00031.00398/2017-3.

Registre-se.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 1.º de outubro de 2018.

**KELLER DORNELLES CLÓS**,

Procurador de Fundações.

---

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

---

**PORTARIA N. 2894/2018**

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, MARCELO LEMOS DORNELLES**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

**A. Determinar**, com base nos artigos 198, 200, inciso II e seguintes, todos da Lei Complementar Estadual n. 10.098/94, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar infrações disciplinares atribuídas a servidores de provimento efetivo do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cujas qualificações e fatos constam do expediente **SPU.PR.01055.00006/2018-9**, que, em tese, incorreu nas infrações disciplinares previstas nos incisos IV e VII do artigo 177 e na proibição inscrita no inciso IV do artigo 178, ambos da Lei Complementar Estadual n. 10.098/94, sujeitos às penas previstas no artigo 187, do mesmo diploma.

**B. Constituir** Comissão Processante, composta pelo Promotor de Justiça, Assessor, **Dr. Rodrigo da Silva Brandalise**, ID Funcional 3433854, como Presidente da Comissão Processante, e pelas servidoras **Karla Mata Schultz**, ID Funcional 3432130, Assessora - Área do Direito, e **Clécia de Oliveira Nunes**, ID Funcional 3452077, Assessora - Área do Direito, para, sob a presidência do primeiro, conduzir o Processo Administrativo Disciplinar.

**C. Designar** a servidora **Jaqueline Cardoso Consiglio**, ID Funcional 3431371, Agente Administrativo, ou, na sua

ausência, qualquer um dos membros da Comissão Processante, como Secretário(s) da Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRASE.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício.

Registre-se e Publique-se.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,

Diretor-Geral.

**PORTARIA N. 2953/2018**

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, MARCELO LEMOS DORNELLES**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual n. 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, SPU.PR.01055.00057/2018-2, por 30 (trinta) dias úteis.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRASE.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício.

Registre-se e publique-se.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,

Diretor-Geral.

**BOLETIM N. 330/2018**

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, MARCELO LEMOS DORNELLES**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

**NOMEAR**

- **GUSTAVO PINTO COSTA VARGAS**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste Órgão (Port. 2940/2018).

**REVOGAR**

- a contar de 15 de setembro de 2018, a Portaria n. 2519/2018, que designou a servidora **ALINE KUNZLER MAGNUS**, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n. 3366057, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n. 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n. 14.415/2014 (Port. 2941/2018).

**CONSIDERAR**

- habilitada para tomar posse, a contar de 10/09/2018, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", **BÁRBARA DENTI BICCA**, tendo entrado em exercício em 01/10/2018.

- habilitado para tomar posse, a contar de 28/09/2018, no cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, **RAFAEL GOMES DE VARGAS**, tendo entrado em exercício em 28/09/2018.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício.



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2470

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE  
 DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO  
 PROCEDIMENTO N. 01358.000.050/2018**

**CONTRATADO: SERA INTELIGÊNCIA E INOVAÇÃO DIGITAL LTDA; OBJETO:** Contratação do palestrante Gil Giardelli para palestra de Final de Ano "O Futuro Inteligente, Além da Inovação", a ser realizado no dia 30 de novembro de 2018, com carga horária de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos e a participação de, no mínimo 90 pessoas, em Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 16.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso II, § 1º c/c artigo 13, inciso VI, ambos da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 01 de outubro de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício Dr. Marcelo Lemos Dornelles. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 1.º de outubro de 2018.  
**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO  
 PROCEDIMENTO N. 00677.000.400/2018**

**CONTRATADA: CLOVIS FERNANDO BEN BRUM e NELCI FÁTIMA DENTI BRUM; OBJETO:** locação do imóvel situado em Santiago/RS, na Rua Benjamim Constant n. 165, sl. 201, destinado à instalação e ao funcionamento de parte do efetivo da Promotoria de Justiça da Cidade; **VIGÊNCIA:** 36 meses, a contar de 05 de outubro de 2018; **VALOR MENSAL:** R\$ 2.220,00, conforme disposições estabelecidas no ajuste; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3920; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso X, da Lei Federal n. 8.666/93. **RATIFICAÇÃO** em 1º de outubro de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício, Dr. Marcelo Lemos Dornelles. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 1.º de outubro de 2018.  
**ROBERVAL SILVEIRA MARQUES**,  
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO  
 PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR  
 PROA 18/0900-0001310-6**

**PARTES:** Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor **VALDENIR MUNIZ SEVERO**, ID n. 3399281; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placas IYU0152, a ser usado na execução de tarefas e serviços da Força Tarefa de Ajuda Voluntária – FAVO, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 1º de outubro de 2018.  
**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
 Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO  
 PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR  
 PR.00907.00130/2018-9**

**PARTES:** Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da

Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **DIEGO PRUX**, ID n. 3884619. **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa OPF2929, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 1.º de outubro de 2018.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
 Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício.

**SÚMULA DO CONTRATO DE SERVIÇOS N. 053/2018  
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.060/2018**

**CONTRATADA: SPADER ENGENHARIA LTDA.; OBJETO:** elaboração de projeto executivo de proteção contra incêndio e de PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio, com aprovação do mesmo no Corpo de Bombeiros, para o prédio da Unidade de Patrimônio do Ministério Público, situado na Rua Voluntários da Pátria, n. 1981, em Porto Alegre/RS; **VIGÊNCIA:** 12(doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 11.975,95; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto /Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5102; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, I, da Lei Federal n. 8.666/93, regendo-se pela Lei Federal n. 8.666/93 e, Lei Estadual n. 13.179/09.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 1.º de outubro de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL  
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.060/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Silvana Pimenta e, como seu substituto, a servidora Geórgia Fogaça.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 1.º de outubro de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE  
 COMPRA VENDA N. 129/2018  
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.169/2018  
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 74/2018**

**CONTRATADA: PAPERMASTER SUPRIMENTOS EIRELI - ME; OBJETO:** aquisição de componentes de informática, abaixo discriminado:

Item	Descrição	Qtde.	Marca/ Modelo	Un	Valor Unitário
05	Patch Cord CAT 5e (patch cable) c/ 1,5m	500	MAXI/ MAXI	Un	R\$4,40
06	Caixa de cabo UTP Categoria 5e azul	5	PRYSMIAN/CAT-5E	Cx	R\$455,00
07	Conector RJ-45 (Macho) CAT 5e - 8 vias	2000	KEYSTONE/ KEYSTONE	Un	R\$0,55



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2470

**VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** 5.575,00;  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3031; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93 e n. 10.520/02, Leis Estaduais n. 13.191/09 e n. 11.389/99, Provimento PGJ/RS n. 33/08, n. 47/05 e n. 54/02.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 1.º de outubro de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL  
PROCEDIMENTO N. 02405.000.169/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal Administrativo do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi, e como seu substituto, Roni Martins Botelho ou Sanai Oliveira da Silva, e como Fiscal Técnico do contrato o servidor Fabio William Rosa, e como seu substituto, o servidor Rubens Ricardo Freiberger.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 1.º de outubro de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**EDITAL N. 207/2018**

**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0743/2018, publicada no Boletim n. 084/2018, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 22/03/2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nos Termos de Eliminação de Documentos n. 333/2018 e n. 338/2018, preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, [http://www.mprs.mp.br/gestao\\_documental/](http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/) e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

**DIOMAR JACINTA RECH**,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**BOLETIM N. 44/2018**

**A COORDENADORA DO CAO DO CONSUMIDOR E DA  
ORDEM ECONÔMICA** científica, na forma do § 2º do artigo 7º

da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01748.000.221/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Wilson Luís Grezzana. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. **OBJETO:** Verificar os níveis de dureza cáustica da água fornecida no Bairro Travessão. **INVESTIGADO(S):** Família Dieter. **LOCAL DO FATO:** Dois Irmãos.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00770.00024/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Andrea Almeida Barros. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. **OBJETO:** Segurança Alimentar- Apurar irregularidades nas condições sanitárias e na relação de consumo, pela comercialização de produtos impróprios - validade vencida e falta de condições de higiene-, praticadas pelo empreendimento Claudino Boncovky e Cia Ltda (Padaria 20 te buscar). **INVESTIGADO(S):** Claudino Boncovky e Cia Ltda. **LOCAL DO FATO:** Estrela.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01774.000.015/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Gramado. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Max Roberto Guazzelli. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado. **OBJETO:** Venda abusiva em tese de quotas de unidades habitacionais. **INVESTIGADO(S):** Gramado BV Resort e Incorporações, Gramado Parks Investimentos e Participações Ltda. **LOCAL DO FATO:** Gramado/RS.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00810.000.156/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Leandro Tatsch Bonatto. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. **OBJETO:** Segurança Alimentar- Apurar irregularidades nas relações de consumo, pela comercialização de produtos impróprios para o consumo humano - alimentos sem procedência e sem rotulagem -, praticadas pelo estabelecimento Mercado do Gringo (Rosseto & Cervo Ltda. - ME). **INVESTIGADO(S):** Rosseto & Cervo Ltda - ME. **LOCAL DO FATO:** Não-Me-Toque.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00810.000.155/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Leandro Tatsch Bonatto. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. **OBJETO:** Segurança Alimentar - Apurar irregularidades nas relações de consumo, pela fabricação/comercialização de produtos impróprios para o consumo humano, praticadas pelo estabelecimento Gaúcha Carnes (R3 Comércio de Alimentos Ltda.). **INVESTIGADO(S):** R3 Comércio de Alimentos Ltda. (Gaúcha Carnes). **LOCAL DO FATO:** Não-Me-Toque.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.000.856/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de



# Diário eletrônico

# Ministério Público

## Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2470

Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Ricardo Colpo Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Cobrança de juros abusivos pela Agiplan em operações de empréstimo. INVESTIGADO(S): Agiplan Financeira S.A.. LOCAL DO FATO: Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00893.000.197/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Apurar a venda, em tese, por parte do Supermercado Neutzling de produtos impróprios para consumo. INVESTIGADO(S): Arani José Neutzling. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01882.000.604/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristine Zottmann. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. OBJETO: Deficiência de cobertura de internet, telefonia móvel e fixa em área urbano e rural no município de Harmonia. INVESTIGADO(S): Oi Móvel S/A., Telefônica Brasil S/A - VIVO. LOCAL DO FATO: Município de Harmonia.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01591.000.792/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Operar empreendimento potencialmente poluidor (peixaria) sem licenciamento ambiental, manter em depósito, comercializar pescado processado e beneficiado sem procedência e expor à venda produto de origem animal (pescado) beneficiado sem identificação de origem, rotulação em desconformidade com as normas sanitárias e de comércio. INVESTIGADO(S): Souza Indústria e Comércio de Pescados Ltda. - Peixaria Souza, Rogemar da Silva Souza. LOCAL DO FATO: Torres.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 27 de Setembro de 2018.

**CAROLINE VAZ**,

Coordenadora do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

### BOLETIM N. 173/2018

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00106/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA

RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Acompanhamento permanente da ILPI São Gregório INVESTIGADO(S) Nilza Terezinha Silva Santos Epp (Lar de Idosos São Gregório). LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00018/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar o atendimento prioritário ao idoso nas UBS do Município. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00794.00034/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diolinda Kurrle Hannusch. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. OBJETO: melhor averiguar a situação vivenciada pelo idoso MAURI BUSSLER e possibilitar a adoção de medidas de proteção em favor dele, se necessárias. Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Ijuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01788.000.092/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lavras do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Giron. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lavras do Sul. OBJETO: Rede de Apoio à Escola. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lavras do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00825.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Fernanda Goetzke Pitrez. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas. OBJETO: Investigar possíveis irregularidades nos CAPS, em especial AD, diante da ausência de ambulatório e da localização dentro do almoxarifado, com fiação aparente, no Município de Pelotas/RS. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00891.00036/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Alessandra Moura Bastian da Cunha. OBJETO: apurar o cumprimento irregular da carga horária por técnicos de enfermagem na Fundação Hospital Centenário. INVESTIGADO(S): Fundação Hospital Centenário. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.526/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES



NAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E FUNCIONAMENTO NA ILPI RESIDENCIAL BEM-ME-QUER, CNPJ N. 12.893.035/0001-86, ESTABELECIDO NA RUA PADRE ALOIS KADES, N. 116, VILA IPIRANGA, NESTA CAPITAL. INVESTIGADO(S): Residencial Bem me Quer. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 14 de Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### BOLETIM N. 176/2018

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00326/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giselle Tanara Soares. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Fiscalização permanente do Residencial Terapêutico ACADDEM (situado na Rua Professora Antônia Escobar, 311, Bairro Harmonia, Canoas/RS). VISTORIADO(S) Associação Canoense de Auxílio a Doentes e Deficientes Mentais. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00329/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giselle Tanara Soares. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Fiscalização permanente do Residencial Terapêutico ACADDEM (situada na Rua da Barca, 261, Bairro Harmonia, Canoas/RS). VISTORIADO(S) Associação Canoense de Auxílio a Doentes e Deficientes Mentais. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00324/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giselle Tanara Soares. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Fiscalização permanente do Residencial Terapêutico Porto Belo (situada na Rua Maria Isabel n. 472, Bairro Harmonia, Canoas/RS). VISTORIADO(S) Adempobel - Associação Para Atendimento e Auxílio de Deficientes Mentais Porto Belo LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00325/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giselle Tanara Soares. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça

Cível de Canoas. OBJETO: Fiscalização permanente do Residencial Terapêutico Recomeçar (situado na Rua Roberto Francisco Behrens, 450, Mato Grande, Canoas/RS). VISTORIADO(S) Moni Pfeifer Lucca – Me. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00322/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giselle Tanara Soares. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Fiscalização permanente do Residencial Terapêutico Porto Belo (situada na Rua Júlio Cardoso de Araújo, 374, Vila Cerne/Harmonia, Canoas/RS). VISTORIADO(S) Adempobel - Associação Para Atendimento e Auxílio de Deficientes Mentais Porto Belo. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00328/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giselle Tanara Soares. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Fiscalização permanente do Residencial Terapêutico ACADDEM (situada na Rua Angelina Gonçalves n. 32, Bairro Harmonia, Canoas/RS). VISTORIADO(S) Associação Canoense de Auxílio a Doentes e Deficientes Mentais. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00327/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giselle Tanara Soares. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Fiscalização permanente do Residencial Terapêutico ACADDEM (situada na Rua Angelina Gonçalves n. 12, Bairro Harmonia, Canoas/RS). VISTORIADO(S) Associação Canoense de Auxílio a Doentes e Deficientes Mentais. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00765.00026/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Espumoso. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Espumoso. OBJETO: Exercício da fiscalização permanente do PRESÍDIO ESTADUAL DE ESPUMOSO (SUSEPE) na forma do art. 15 da Lei 8.628/93 e Enunciado n. 183, alínea "g" da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. INVESTIGADO(S) Presídio Estadual de Espumoso (Susepe). LOCAL DO FATO: Espumoso.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01796.000.624/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. OBJETO: Fiscalização permanente da entidade "LAR DO IDOSO SÃO VICENTE DE PAULO", CNPJ 90.161.217/0001-76, que anteriormente era realizada no PA. 00810.00005/2010 (SGP). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Não-Me-Toque.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de



acompanhamento de políticas públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01583.000.146/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Fresteiro Barbosa Lang. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Mães de alunos relatam que seus filhos estão sem aulas por falta de professor. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00901.000.672/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sapiranga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paula Bittencourt Orsi. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga. OBJETO: Apurar a situação do Lar de Idosos Cantinho da Paz. INVESTIGADO(S): Lar de Idosos Cantinho da Paz. LOCAL DO FATO: Araricá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.521/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar supostas irregularidades nas condições de atendimento e funcionamento da ILPI Claudino Farina de Oliveira e Cia. Ltda., nome de fantasia "Casa de Repouso Sítio Farina", estabelecida na Estrada Costa Gama, n. 4.450, bairro Restinga, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Estrada Costa Gama, n. 4.450, bairro Restinga, nesta Capital.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 17 de Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,  
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### BOLETIM N. 177/2018

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00729.00015/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maristela Schneider. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. OBJETO: Acompanhar as medidas que estão sendo, adotadas pelo Poder Executivo Municipal a fim de efetivar a reabertura do Posto de Saúde da Vila Vargas, no distrito de Piquiri, interior de Cachoeira do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Cachoeira do Sul. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00019/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a existência de funcionamento de Comunidade Terapêutica Clandestina, localizada na Rua Flórida, 960, parada 70, Bairro Nossa Chácara, em Gravataí/RS. INVESTIGADO(S): a Apurar. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01700.000.146/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: verificar a possibilidade dos moradores que moram próximo do ESF de Val de Serra, que pertence a Júlio de Castilhos, serem atendidos nesse posto de saúde e não nos postos de seus respectivos municípios. INVESTIGADO(S): Município de Júlio de Castilhos. LOCAL DO FATO: Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00090/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Cristiane Cardoso. OBJETO: Acompanhar política pública de atenção à saúde no que diz respeito à IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE CUIDADOS SOBREPESO E OBESIDADE no âmbito da Atenção Básica dos Municípios que compõem a 6ª Coordenadoria Regional de Saúde. Partes: 6ª Coordenadoria Regional de Saúde. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.000.802/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharín Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Fiscalização permanente do Residencial AcolherIII. INVESTIGADO(S): Fabrício do Prado Leite. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01538.000.352/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: Apurar irregularidades apontadas pelo Relatório de Supervisão da Vigilância Sanitária Municipal de Maquiné, elaborado pela 18.ª Coordenadoria Regional de Saúde. INVESTIGADO(S): Município de Maquiné. LOCAL DO FATO: MAQUINÉ.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 19 de Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,  
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**BOLETIM N. 179/2018**

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00032/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael Russomanno Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a regularidade de seu funcionamento da Instituição de Longa Permanência de Idosos denominada Lar dos Idosos Nossa Senhora de Fátima (situada no Setor 1, Quadra L, n. 33, Bairro Guajuviras, em Canoas/RS). INVESTIGADO(S): Lar dos Idosos Nossa Senhora de Fátima. LOCAL DO FATO: Canoas.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00010/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Apurar irregularidades existentes na ILPI Família Fleury, localizada na Rua Otto Alves Pereira, 705, Dom Feliciano, Gravataí/RS, inscrita no CNPJ sob o n. 28.226.948/0001-89 INVESTIGADO(S): Eliane Rodas Fleury da Fonseca. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01684.000.719/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Martins de Martins. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 8. OBJETO: Cópias do PA. 00818.00023/2018, instaurado para fomentar e acompanhar a instalação de Serviço Residencial Terapêutico na cidade de Palmeira das Missões, bem como para acompanhar os convênios celebrados com outras instituições que recebem pacientes oriundos desta Comarca. INVESTIGADO(S): Município de Palmeira das Missões. LOCAL DO FATO: Comarca de Palmeira das Missões.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00862.00005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nádia Baron Ricachenevsky. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades na expedição de solicitação de exames e laudo de requerimento de AIH, sem prévia consulta médica pela rede SUS, por médicos do Município de Santa Cruz do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Santa Cruz do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.519/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Vistoriar permanentemente a ILPI Recanto da Amizade Residencial Geriátrico Ltda.,

localizada na Estrada da Pronta Grossa, n. 656, bairro Belém Novo. INVESTIGADO(S): Recanto da Amizade Residencial Geriátrico. LOCAL DO FATO: Estrada da Ponta Grossa, n. 656, bairro Belém Novo.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 21 de Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**BOLETIM N. 181/2018**

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01650.000.482/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno. OBJETO: Cidadão acompanhado de sua esposa, Nair Vestena Alves, bem como do Advogado Adalberto Piovesan, refere que teve o fornecimento de medicamentos de uso contínuo e agendamento de exames, negados pela Administração do Posto de Saúde, sob a alegação de que residem fora dos limites do município. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Faxinal do Soturno.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00033/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Fiscalização permanente da ILPI FAMÍLIA FLEURY. VISTORIADO(S) Eliane Rodas Fleury da Fonseca - Residencial Geriátrico Família Fleury. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00153/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Cristiane Cardoso. OBJETO: Investigar as causas da superlotação no setor de radioterapia do HSVP, o que acarreta demora excessiva no atendimento dos pacientes que já se encontram no local. INVESTIGADO(S): Hospital São Vicente de Paulo. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01623.000.908/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberta Brenner de Moraes. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor





de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades existentes nos Editais referentes aos concursos para provimento de vagas da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, que impõem aos deficientes a apresentação de laudo médico emitido por médico credenciado pelo SUS. INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ/RS. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 24 de Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,  
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### BOLETIM N. 185/2018

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01894.000.095/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Apurar a existência de irregularidades na unidade de saúde POSTO CENTRAL DE SOBRADINHO, por ausência de atendimento da legislação sanitária. INVESTIGADO(S): Município De Sobradinho. LOCAL DO FATO: Sobradinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00719.00064/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcos Ferraz Saralegui. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bagé. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada e permanente, a política pública de contratualização SUS com os hospitais locais. Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Bagé.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.00029/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Núcleo Regional de Apoio à Saúde Região de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional. OBJETO: Ofício 172/2018, Secretaria Municipal de Saúde, comunicando situação envolvendo o fornecimento de medicamentos do Estado. INVESTIGADOS(S): Estado do RS e Município do Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 24 de Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,  
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

#### BOLETIM N. 186/2018

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00110/2010. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO EM ILPI - INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA QUE JÁ POSSUI ALVARÁ SANITÁRIO - CASA DE REPOUSO VÓ LIBERACI. VISTORIADO(S): Liberaci Silveira da Cruz – Me. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01810.000.571/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adoniran Lemos Almeida Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. OBJETO: Demora na disponibilização de próteses auditivas para os pacientes que aguardam na fila. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Pinheiro Machado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.000.866/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharín Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Acompanhar a atuação e organização administrativa do Conselho Municipal do Idoso de Xangri-Lá. . INVESTIGADO(S): Prefeitura de Xangri-Lá. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.545/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento da ILPI Geriatria Dom Diogo Ltda, localizada na Rua Dom Diogo de Souza, 660, Bairro Cristo Redentor, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Geriatria Dom Diogo Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01404.000.090/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Unidade de Terra de Areia. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Andrade Alves. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Fernando Andrade Alves. OBJETO: Acompanhamento do tratamento oferecido no Município de Terra de Areia na área da saúde



mental. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Terra de Areia.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 26 de Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### **BOLETIM N. 187/2018**

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00021/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Investigar a regularidade da prestação de serviço pela empresa contratada para manutenção do aparelho RAI0-X do SUE 24h. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.00030/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Objeto: apurar a falta de médicos da especialidade de neurologia/neurocirurgia (plantões e atendimento clínico/ambulatorial/cirúrgico) na Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande. INVESTIGADO(S): Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00033/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joel Oliveira Dutra. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Irregularidades da Unidade Madre Madalena (Unidade 100) do Hospital Casa de Saúde de Santa Maria (Estrutura Material - instalações físicas e mobiliário - e Humana - quadro de funcionários. INVESTIGADOS(S): Hospital Casa de Saúde de Santa Maria e Município de Santa Maria. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições.

N. DO PROCEDIMENTO: 00891.00008/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Alessandra Moura Bastian da Cunha. OBJETO: fiscalizar a Instituição de forma permanente, para verificar se está cumprindo com sua finalidade, de acordo com os

regramentos legais, nos termos da política de proteção às pessoas com deficiência, em atenção ao contido na Recomendação n. 64, de 24 de janeiro de 2018, oriunda do Conselho Nacional do Ministério Público.

VISTORIADO(S): Lar Santo Expedito. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.003/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar eventuais atendimentos deficitários, excessivo tempo de espera, estrutura carente, inconsistências e número inferior ao contratualmente permitido de procedimentos e exames, no âmbito do SUS, como, também, averiguar possível malversação de verbas destinadas à prestação de serviços e cobranças indevidas aos usuários do Sistema Único de Saúde, tudo, em tese, perpetrado pelo Hospital São Luiz Gonzaga. INVESTIGADO(S): Hospital São Luiz Gonzaga. LOCAL DO FATO: Hospital São Luiz Gonzaga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01220.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Weiland Braun. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. OBJETO: Acompanhamento da estruturação do CMPD - CONSELHO MUNICIPAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA do Município de Cachoeirinha, nos termos do art. 47, inciso II do Provimento 71/2017 PGJINVESTIGADO(S) Cmpd - Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 27 de Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### **BOLETIM N. 192/2018**

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00022/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a falta de profissionais médicos e enfermeiros no Serviço Portas Abertas. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N. DO PROCEDIMENTO:



Diário eletrônico

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de outubro de 2018.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2470

01612.000.040/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA:  
Promotoria de Justiça Especializada de Santana do  
Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:  
Davi Lopes Rodrigues Júnior. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de  
Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada  
de Santana do Livramento. OBJETO: Acompanhamento e  
fiscalização da situação das unidades e equipamentos, em  
Santana do Livramento, que executam serviços  
socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua,  
com base na Recomendação n. 60, de 05 de julho de 2017,  
do Conselho Nacional do Ministério Público.  
INVESTIGADO(S): Município de Santana do Livramento.  
LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 28 de  
Setembro de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,  
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da  
Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.